

# DÍVIDA EXTERNA E EDUCAÇÃO (\*)

***Moacir Gadotti***  
Instituto Paulo Freire  
Universidade de São Paulo

Localizado na porção centro-oriental da América do Sul, o Brasil tem 8.511.965 Km<sup>2</sup> de área. De acordo com a *Sinopse Preliminar do Censo de 1991*, há 146.154.502 brasileiros, 42,5% deles concentrados no sudeste do país. O Censo de 1991 apresentou um recuo no ritmo de crescimento de 2,47% para 1,89% ao ano. Esse resultado reflete uma queda nas taxas de fecundidade. Permanecendo os índices atuais, a expectativa é de que, no início do século XXI, o país atinja nível de 1,2% de crescimento populacional, próximo das taxas da Europa.

Por sua produção global, a economia brasileira é uma das dez maiores do mundo, com o Produto Interno Bruto (PIB) de aproximadamente de 422 bilhões de dólares em 1991.

Segundo dados do estudo "Pobreza e distribuição de renda na América Latina" do Banco Mundial (BIRD, 1993) o Brasil tem 44% dos pobres da América Latina, embora sua população seja apenas um terço do total da região. O Brasil aparece ao lado da Bolívia e da Guatemala como os três países com os mais altos níveis com mortalidade infantil e analfabetismo no sub-continente. De acordo com esse estudo, 40,9% da população do Brasil é pobre (renda mensal abaixo de US\$ 60) e 18,7% é "extremamente pobre" (menos de US\$ 30 mensais). Em 1980, havia 34,1% de pobres e 12,2% de extremamente pobres no Brasil. A renda per capita, embora tenha caído um pouco entre 1980 e 1989 (de US\$ 2.060 para US\$ 1.960), ainda é uma das mais altas da região, superior às do México e do Chile. O salário mínimo dos brasileiros é hoje um dos mais baixos do mundo, valendo US\$ 52 em 1º. de dezembro de 1992.

O Brasil possui a maior dívida externa do mundo que chega a US\$ 116,8 bilhões, o que significa que cada brasileiro deve US\$ 800 aos credores internacionais. Para cumprir os compromissos com os credores, o Brasil manda para fora cerca de 5% de toda a riqueza produzida, que é indicada pelo PIB. É um dinheiro que deixa de ser investido na melhoria da qualidade de vida da população.

---

(\*) Este texto foi escrito inicialmente como depoimento no **Tribunal da Dívida Externa**, organizado pela CUT (Central Única dos Trabalhadores), OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) e outras entidades da Sociedade Civil e realizado em Campinas (SP) em 1990. Posteriormente revisto, foi publicado no livro organizado por José Eustáquio Romão com o título **Dívida externa e educação para todos** e publicado pela Editora Papirus em 1995. Em várias discussões que tive sobre o tema objetaram-me que o impacto da dívida interna sobre a educação é muito maior do que o impacto da dívida externa. Eu tenho respondido que o aumento da dívida interna deveu-se muito aos exorbitantes e impagáveis juros da dívida externa. O Estado Brasileiro precisa tomar a decisão de fazer uma auditoria desta dívida antes de pagá-la, renegociá-la ou de suspender o seu pagamento. Ou, pelo menos, promover o debate multilateral sobre ela entre os devedores. Os dados sobre a dívida são hoje muito mais alarmantes. Nem convém atualizá-los pois entre o momento da escrita desta nota e o da publicação deste livro estariam de qualquer forma muito desatualizados. Eles valem mais como valores simbólicos de referência. A dívida interna/externa sempre esteve no centro de nossas crises cíclicas. Nós somos mais governados por ela do que a governamos. Em consequência, sacrificamos as políticas sociais, reduzimos os gastos públicos em educação, privatizamos, reduzimos salários, despedimos professores e funcionários, etc. Analisá-la e explicá-la didaticamente aos nossos alunos é tarefa educativa de grande importância para entender a situação em que nos encontramos hoje.

## 1. Como a dívida foi contraída

Como diz Alcides Pedro Sabbi, o Brasil nasceu como nação independente assumindo uma dívida externa que não havia contraído: "em 1825 o Brasil assumiu a obrigação de pagar à Inglaterra o *empréstimo português*, ou da *Independência*. O empréstimo, de 1,4 milhão de libras esterlinas, fora tomado por Portugal de bancos ingleses em 1823 para financiar a luta contra nossa independência, proclamada por Dom Pedro I no ano anterior. Assumiu-o para que a independência fosse reconhecida na Europa" (SABBI, 1992:9).

O Departamento de Estudos Sócio-Econômicos e Políticos de São Paulo publicou, em 1988, na revista *Debate Sindical* (DESEP, 1988) um relatório aprofundado da dívida, mostrando como ela foi contraída, desvendando sobretudo o seu lado oculto, isto é, as fraudes grosseiras e as inúmeras irregularidades cometidas. Passo, a enumerar e comentar alguns pontos desse relatório.

1o. Segundo o DESEP, o Boletim do *Morgan Guaranty Trust Co.* de março de 1985 denunciou que 13,2% da dívida externa do Brasil - cerca de US\$ 14 bilhões de dólares - nunca entraram no país. Foram diretamente **desviados** para as famosas contas numeradas da Suíça. O Diretor da Área Externa do Banco Central na época, Luis Paulo Gião, entrevistado pelo jornal *O Estado de São Paulo*, confirmou que entre 18 e 20% do total da dívida nunca chegaram ao país, por malversação de recursos. Por isso, conclui o DESEP, é necessário abater do total da dívida brasileira US\$ 18 bilhões.

2o. Com o objetivo de burlar a **lei de remessa de lucros** e de sonegar o imposto de renda que incide sobre as remessas de lucros ao exterior (a remessa de juros está isenta) empresas transnacionais, em vez de trazerem capitais de risco e investimento direto, passaram a contrair empréstimos no exterior, em muitos casos, através de suas próprias casas centrais. Segundo dados oficiais, essas operações somaram cerca de US\$ 16,6 bilhões.

3o. Em razão da **taxa de juros variáveis**, imposta pelos banqueiros nos contratos de crédito, o Brasil e os demais países da América Latina e Caribe tiveram perdas fabulosas. Em razão dessa manobra ilícita, o Brasil pagou a mais, somente no período de 1973 a 1985, US\$ 34.573.200.000. Citando Fidel Castro (CASTRO, 1985), o economista brasileiro Joelmir Beting sustenta que "os credores estão exportando a revolução" através de "juros subversivos" (BETING, 1985).

4o. Os produtos brasileiros exportados, cujos preços são estabelecidos no exterior, sofrem um brutal e continuado processo de desvalorização em relação aos que o Brasil tem de importar. Sobre essa **deterioração nos termos de troca** o DESEP dá um exemplo: desde 1974, o Brasil exporta o minério de ferro por US\$ 15 a tonelada e, em razão de contratos vigentes, terá de seguir exportando por esse preço, para o Japão, até o ano 2000. As estimativas da CEPAL, referentes à deterioração das relações de troca, no caso do Brasil, revelam que durante o período de 1973 a 1985 as perdas brasileiras no intercâmbio comercial somaram US\$ 41.187.136.000. "Atualmente os países ricos locupletam-se com o intercâmbio progressivamente desigual no comércio com os países pobres. Eles detêm o controle dos mercados e das cotações dos produtos das importações e exportações e impõem às nações pobres as perdas que bem entendem, auferindo os ganhos correspondentes (SABBI, 1992:15).

5o. De outro lado, existem **mecanismos comerciais** e fraudes nas relações econômicas internacionais que são difíceis de ser identificadas e quantificadas com precisão. Entre elas destaca-se a prática generalizada do subfaturamento nas exportações e o superfaturamento nas importações exercida especialmente pelas empresas transnacionais, operações matriz-filiais, ou vice-versa. Como afirma Alcides

Pedro Sabbi, "divulga-se que os capitais investidos são estrangeiros, mas não é bem assim. Em geral são empréstimos fornecidos por bancos nacionais ou agências bancárias estrangeiras aqui situadas, extraídos da poupança captada também aqui: a operação do empréstimo é que irá converter essa poupança em capital estrangeiro" (SABBI, 1992:16).

6o. Devem ser destacados ainda os mecanismos que impõem grandes perdas ao país, como os "privilégios das exportações" (DEZELIN, 1987), os **subsídios** e o **dumping**. Um exemplo citado pelo DESEP: cerca de 50% da energia elétrica gerada por Tucuruí (8.000.000 de kw, investimento feito pelo governo, com recursos originados da Dívida Externa - US\$ 8 bilhões) é vendida aos monopólios japoneses do alumínio, à Shell e à Alcoa, a preços altamente subvencionados. Por outro lado, os "trustes e cartéis também se utilizam do *dumping*, um mecanismo protecionista, de incentivo artificial às exportações em favor da colocação do excedente, através do qual vendem no mercado interno produtos pelo preço de custo, ou abaixo dele, compensando-os com preços maiores no mercado internacional" (SABBI, 1992:43).

Ainda segundo o relatório do DESEP, de acordo com a denúncia feita pelo próprio ministro Aureliano Chaves, das Minas e Energia na época, a energia gerada em Tucuruí, a um custo de US\$ 36, o mgh, é vendida às transnacionais do alumínio por 10,5 e 16,5 dólares. O Secretário Geral do mesmo ministério, Paulo Richer (*Correio Brasiliense*, 04/01/87) complementa a informação: "praticamente fornecemos energia gratuita a 20% da tarifa normal. Exportamos alumínio a US\$ 1.500 a tonelada e importamos de quem nos compra cabos de transmissão e alumínio a US\$ 17 mil a tonelada". Considerando que as transnacionais de outros setores também se locupletam de energia, transportes, comunicações, aço, nafta, etc., fornecidas a tarifas totalmente defasadas pelas empresas do Estado, pode-se concluir que o setor exportador recebe, de várias formas, bilhões de dólares de subsídios por ano.

## 2. Conseqüências do endividamento

Todos esses dados demonstram que a dívida externa é "ilegítima" (FERNANDES, 1985) e sua origem está associada à fraude, à farsa, à manipulação e à imoralidade, resultado da política econômica imposta sobretudo pelo FMI (Fundo Monetário Internacional), pelo Banco Mundial (BIRD - Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento) e pelo governo norte-americano aos nossos povos. Esse conjunto de evidências - ou simplesmente de suspeitas - reforçam a necessidade de lutar por uma **auditoria internacional** que apure as denúncias e puna os responsáveis.

O acesso a créditos abundantes e descontrolados, promovidos pelos próprios prestamistas, para projetos duvidosos, como o Projeto Nuclear do Brasil foram feitos por governos autoritários justificados pelo combate ao comunismo, por **governos ilegítimos** e sem controle do povo. Em 1964 quando os militares brasileiros, através de um golpe de Estado tomaram o poder, o total da dívida externa do país era de US\$ 2,5 bilhões. Em 1984, quando eles deixaram o governo, a dívida era de US\$ 104 bilhões, 40 vezes mais!

Os empréstimos, o destino do dinheiro e os acordos não passaram nesse período por qualquer discussão com órgãos legislativos. No Brasil, por exemplo, somente após a Nova Constituição em 1988, toda a negociação sobre a dívida e a tomada de novos empréstimos externos devem ser aprovadas pelo Senado.

Por outro lado, a dívida externa contribuiu para com a destruição da natureza e **deterioração do meio ambiente**. As restrições ao crédito nos países devedores afetou o nível de investimentos no setor urbano, contribuindo indiretamente para a deterioração

da qualidade de vida nas cidades. A política de ajuste estimulou a produção de bens para a exportação, que nos países devedores ocorreu principalmente através da exploração de recursos naturais em atividades não tradicionais.

Segundo os relatórios intitulados de *Retratos do Brasil* (julho de 1985), em 1980, 66,6% das **crianças que trabalhavam** ganhavam um salário mínimo. Destas, 41,2% trabalhavam de 40 a 48 horas semanais. Dia 28 de fevereiro de 1993, uma reportagem de Amaury Ribeiro Jr no Jornal *Folha de São Paulo* apresentou dados e fotos de crianças trabalhando na colheita de algodão na próspera região da Alta Sorocabana do Estado de São Paulo, onde crianças de apenas 3 anos de idade, ainda com a chupeta na boca, colhiam algodão ao lado da mãe. Essas crianças colhiam 10 quilos de algodão por dia.

Dia 09 de março de 1993, a Comissão Pastoral da Terra (CPT) divulgou, em Goiânia, documento que denuncia a existência de 16.442 pessoas escravizadas em 19 propriedades rurais de nove Estados Brasileiros. Os números são relativos a 1992 e a entidade, ligada à Igreja Católica, constata seu rápido crescimento nos últimos três anos. Em 1990 haviam sido recenseados 1500 casos e em 1991 cerca de 4.800 (*Folha de São Paulo*, 10 de março de 1993, p. 11).

O **custo social** revelou-se rapidamente nas estatísticas de desemprego, falta de moradia, redução nos investimentos da educação, saúde, saneamento. Relatórios do UNICEF revelam que as crianças dos países em desenvolvimento vêm pagando a cota da dívida com a perda de sua única oportunidade de ter uma educação. Outras pagam um preço ainda mais caro: 40 mil morrem todos os dias de fome, pneumonia, diarreia, tétano ou sarampo.

### 3. Impacto da dívida externa na educação nacional

O Brasil tinha, em 1992, 3.937.906 de matrículas iniciais na educação infantil (0 a 6 anos), 29.479.427 de matrículas iniciais no ensino fundamental (7 a 14 anos), 3.675.178 de matrículas iniciais no ensino médio (15 a 17 anos) e 1.565.056 de matrículas no ensino superior. Tem uma taxa de 18,4% de analfabetos maiores de 14 anos, isto é, 17.732.629.

Desde 1872 o índice de analfabetismo vinha caindo. Em 1989 o IBGE divulgou a *Pesquisa Nacional por Amostra a Domicílio* (PNAD), realizada em 1987, demonstrando que, pela primeira vez em 115 anos, o analfabetismo cresceu no Brasil. Em 1986, dos 118,7 milhões de brasileiros com 5 ou mais anos, 30,4 milhões (25,59%) não eram alfabetizados. Um ano depois, a população dessa mesma faixa etária subiu para 121,9 milhões de pessoas, dos quais 31,4 milhões (25,76%) estavam fora ou nunca haviam freqüentado a escola. Enquanto a população do Brasil cresceu 2,13%, o número de analfabetos subiu 3,34%. Outro dado é ainda mais preocupante: o índice de jovens analfabetos entre 5 e 14 anos aumentou 6,29%, passando de 13,08 milhões de jovens sem escola em 1986 para 13,96 milhões em 1987.

É particularmente visível a **deterioração progressiva da educação pública** no Brasil nas últimas décadas, apesar da expansão quantitativa das vagas no 1o. grau. Esta deterioração percorre o mesmo caminho da deterioração da qualidade de vida da maioria da população.

É evidente que essa deterioração progressiva da educação e da qualidade de vida dos brasileiros não se deve unicamente à dívida externa. Contudo, a dívida é hoje a causa principal da nossa pobreza educacional e social. A pobreza educacional aumenta e reforça a pobreza e o atraso em todos os sentidos.

Nossa taxa de escolaridade na faixa de 20 a 24 anos é de apenas 16% contra 58% dos Estados Unidos, e 25% da Argentina. Segundo Ladislau Dowbor, "10 milhões de trabalhadores, um quinto do total da população economicamente ativa, não tem nenhuma instrução ou tem menos de um ano. Mas sobretudo, vemos que a maioria da mão-de-obra brasileira - 31 milhões de trabalhadores representando 61,6% do total - é semiletrada ou simplesmente analfabeta. Temos assim no conjunto, uma classe trabalhadora de baixíssimo nível de instrução formal, e é evidente que esse nível de instrução deverá influir fortemente sobre a sua produtividade" (DOWBOR, 1986: 30-31). A situação tende a agravar-se pela crise econômica provocada pela evasão de divisas para pagamento da dívida.

A relação entre o êxito escolar e a situação social iníqua existente no Brasil é evidente. A injustiça começa na distribuição de renda: 10% da população economicamente ativa concentra 47,6% da renda nacional, enquanto 90% da população também economicamente ativa só possui 52,3% desta mesma renda (JAGUARIBE, 1986). Na zona rural esta situação é ainda pior. Segundo dados fornecidos pela ABRA (Associação Brasileira de Reforma Agrária), em 1986, 3 milhões e 300 mil famílias viviam abaixo da linha da pobreza absoluta. Esta cifra representa cerca de 43% das famílias rurais. Enquanto 5% dos proprietários rurais são donos de 70% das terras do país.

O impacto da crise provocada pela dívida externa na educação pode ser verificado tanto na **redução de investimentos**, quanto na mudança de mentalidade dos dirigentes e na piora dos serviços prestados. Como observa Juan Carlos Tedesco, na América Latina, nos últimos anos, depois de uma relativa expansão da escolaridade pré-primária, primária e ensino superior, verifica-se um fenômeno de "inércia" (TEDESCO, 1988:11) nesses segmentos já expandidos. "Os efeitos da crise sobre a escola primária não se verificam - ao menos por enquanto - num retrocesso no nível de cobertura e do acesso, mas nos níveis de rendimento da atividade escolar" (TEDESCO, 1988:17).

A tese de doutoramento de Fernando Reimers demonstrou com muita lucidez e farta documentação o impacto negativo nas despesas com educação sofrido nos países da América Latina, onde se situam os 11 maiores devedores do mundo (REIMERS, 1988). Segundo Reimers o impacto negativo da dívida sobre as despesas governamentais em relação à educação opera em dois níveis: "um é direto, através da redução da disponibilidade de recursos externos para o sistema educacional; o outro é indireto, através do processo de ajuste que resulta na redução real do orçamento da educação." (REIMERS, 1989:29). "Entre 1975 e 1980 o total de despesas em educação cresceu em todos os países da região. Entre 1980 e 1985 o total de despesas caiu em termos reais em 12 dos dezoito países dos quais temos dados". (REIMERS, 1990:18).

O Brasil não é exceção na América Latina na diminuição dos investimentos na educação. Em consequência, achata-se o poder aquisitivo dos salários dos professores e deteriora-se o ensino.

Mas o problema do impacto da dívida sobre a educação nacional não se limita ao problema da redução de investimentos. Existem **outros efeitos** em nível nacional sobre a educação, não menos importantes, como:

a) a dívida está provocando uma visão imediatista da educação: preocupação com seus efeitos econômicos a curto prazo;

b) em consequência, deixam-se de lado os investimentos com retorno a longo prazo (ensino fundamental, pesquisa básica, pesquisa voltada para as necessidades do mercado interno);

c) privilegiam-se investimentos educacionais com retorno rápido na forma de tecnologia exportável: cursos superiores, formação de técnicos especializados, etc.;

- d) desequilíbrio regional: concentração do capital em algumas regiões;
- e) política de privatização e municipalização imposta pelo FMI e pelo Banco Mundial, que prefere fazer convênios diretamente com os Municípios. Deve-se levar em conta que 50% dos Municípios brasileiros pagam menos de um salário mínimo aos professores.

Um caso particular pode ilustrar muito bem o que acabo de afirmar.

#### **4. Um exemplo: a influência da dívida sobre a educação no Município de São Paulo**

Vou analisar de perto o caso do Município de São Paulo, no qual fui Chefe de Gabinete da Secretaria de Educação, durante a gestão de Paulo Freire (1989-1992).

O que desejo demonstrar é que a implicação mais grave da dívida externa sobre a educação - e sobre as áreas sociais como um todo - situa-se na **queda relativa na arrecadação tributária** e conseqüente deterioração dos investimentos nos setores sociais e na piora do nível de vida da população. À medida que aumentam os gastos com a dívida, diminuem os *gastos sociais* per capita.

##### **1o. Efeitos sobre a receita:**

a) redução da receita real como IPTU e outras taxas não corrigidas monetariamente, devido à pressão inflacionária da dívida sobre a economia nacional. Não se pode afirmar que a dívida seja a principal causa da inflação, mas, como observa o economista Paul Singer, "há uma verdadeira relação de causa-efeito entre dívida externa e inflação" (SINGER, 1989);

b) redução da receita real em todas as receitas devido à pressão inflacionária da dívida e conseqüente perda de valores aquisitivos da moeda entre a ocorrência do fato gerador do imposto e o seu repasse efetivo aos cofres do Município. Isto é particularmente importante no caso do ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços), retido pelo Estado;

c) redução da receita real devido às isenções de impostos concedidos aos setores exportadores, que visam estimulá-los a obter divisas para o pagamento dos encargos da dívida.

##### **2o. Efeitos sobre os Encargos gerais do Município:**

a) necessidade de pagar encargos sobre a dívida externa do Município, que é o aspecto mais evidente dos prejuízos originados pela dívida;

b) necessidade de tomar recursos adicionais, internos ou externos, para cobrir o *déficit* gerado tanto pela pressão inflacionária sobre a receita quanto pelo pagamento dos encargos da dívida original.

##### **3o. Efeitos sobre as despesas específicas da Secretaria Municipal de Educação:**

a) compressão da receita com impostos, relativamente à receita total do Município, devido à maior participação das receitas financeiras e dos empréstimos ocasionados pelo processo inflacionário. Como a despesa com educação tem como referência 25% da receita com impostos, isso tende a reduzir sua participação na despesa total do Município;

b) compressão do salário dos professores, resultante da vinculação das despesas com pessoal à receita (58% da arrecadação);

c) elevação dos preços propostos pelos fornecedores à Secretaria Municipal de Educação, como a outros órgãos municipais, em função do risco de atraso e de desvalorização da moeda gerados pela inflação;

d) conseqüente deterioração do padrão de ensino e da infra-estrutura que vem se acumulando há anos;

e) insuficiência dos recursos para permitir a expansão da oferta de ensino de forma a atender satisfatoriamente as necessidades de toda a população.

#### 4o. **Conseqüências sobre a população e seu padrão de vida:**

a) piora do nível de vida geral da população, reduzindo sua capacidade de adquirir material escolar, manter-se informada, alimentar-se adequadamente, etc.;

b) redução do tempo disponível para atividades educacionais e culturais pela necessidade de trabalhar mais cedo e por períodos mais longos;

c) piora das condições de saúde e conseqüente redução da capacidade de aprendizado.

A conseqüência mais evidente é o aumento do número de analfabetos do Município de São Paulo. Segundo nossa estimativa na capital de São Paulo, portanto, o número de analfabetos no Município continua aumentando - cerca de 12% em 9 anos ou 1,2% ao ano (cerca de 15.000 pessoas/ano).

### 5. Auditoria, calote, *swaps* ou doações?

A pergunta que todos fazem é esta: devemos continuar pagando a dívida? Devemos continuar pagando uma dívida que, como ficou demonstrado, é ilegítima e, pelo que remetemos para o exterior nos últimos anos, já foi paga? (KUCINSKY-BRANFORD, 1987). "O Congresso brasileiro concluiu, em 1989, através da Comissão Mista do Endividamento Externo, que o Brasil já não era devedor dos 113 bilhões de dólares que nos eram cobrados na época, mas credor de 21,5 bilhões. Nossos créditos em dólares: 57,5 bilhões, por juros aumentados unilateralmente pelos credores, e que deveriam ter sido computados como amortizações do capital; 27 bilhões por perdas sofridas nas trocas comerciais, de 1979 a 1987; e 50 bilhões obsoletas, maus negócios e negociatas (SABBI, 1992:74). Contudo, mesmo aceitando que não devemos mais nada, o Congresso Brasileiro, vencido pela pressão econômica, aceitou continuar pagando de acordo com nossa capacidade.

O FMI, como cobrador da dívida, reconhece a co-responsabilidade dos credores e também admite as irregularidades envolvidas na contratação dos empréstimos. Como diz Alcides Pedro Sabbi, o mínimo aceitável de uma instituição que se diz moralizadora das finanças das nações é o "apoio para a conclusão da **auditoria**, para se averiguar o que é regular na dívida e o que não é; o que realmente foi tomado emprestado; o que ingressou no país, e que uso foi feito desse dinheiro; o que já foi pago, se ainda se deve, se foi pago a mais, e quanto. Trata-se de uma questão de honra e dignidade para quem paga e para quem recebe (SABBI, 1992:75-76).

É cada vez menor o número dos que defendem o não-pagamento da dívida, o **calote**. Uns porque sustentam que Brasil perderia a confiança necessária para tocar o seu desenvolvimento com novos recursos externos. Outros porque afirmam que a dívida já foi paga e suspender o pagamento seria uma forma de reconhecê-la.

Auditoria e **swaps** (troca de dívida por investimentos) seriam, então, alternativas antagônicas?

Desde 1983 o Brasil aceitou a prática dos *swaps*. Com esse tipo de troca, um investidor compra títulos da dívida no mercado secundário (que pode cair abaixo de 20% do seu valor nominal) e os cobra no seu valor nominal em moeda nacional através da compra de ações de empresas nacionais (RASMUSSEN, 1988).

Em 1984 o Fundo Mundial para a Natureza propôs uma variação nesse mecanismo. Os *swaps* seriam utilizados para investimentos sociais de instituições sem

fins lucrativos, nos campos da educação, cultura, esportes e ecologia. Como observa Francisco Racines a diferença entre a primeira e a segunda proposta está em que as instituições sem fins lucrativos requerem uma **doação externa** em favor da instituição nacional que solicita a troca. Nessa modalidade de *swaps* os doadores estrangeiros perdem o direito de propriedade transferindo-o à instituição nacional (RACINES, 1991:13). O Equador realizou em 1987 uma troca de dívida externa, através da Fundação Natura, dentro dessa modalidade (doação).

Mas há, também nesse caso, prós e contras. Uns sustentam, entre outros argumentos, que trocar dívida significa reconhecer a dívida e que a porcentagem trocada, nesses termos, é insignificante. Os que são a favor contra-argumentam que se a porcentagem da redução da dívida é pequena em termos nacionais, ela é grande para as instituições que se beneficiam.

Muitos dos que buscam criar alternativas de solução diante do impasse causado pela impossibilidade de pagar a dívida externa - entre eles entidades como a ICEA (International Community Education Association) e o WUS (World University Service) e organizações das Nações Unidas como a UNESCO a UNICEF - estudam a possibilidade de converter a dívida em investimentos a fundo perdido (doações) em educação, saúde, saneamento, despoluição ambiental, etc. Mas essa modalidade de conversão da dívida ainda não tem tido a devida ressonância entre os grandes credores e devedores, isto é, entre os bancos internacionais credores e os países devedores.

Atualmente o debate da dívida gira em torno de quatro posições (SABBI, 1992:79) : a **econômica** (houve um negócio e devemos honrá-lo), a **política** (a dívida, independentemente da sua legitimidade, deve ser manejada politicamente pelos governos e deve ser paga conforme a capacidade do país), a **jurídica** (sua ilegitimidade e sua ilegalidade tornam a dívida inaceitável. Ela já foi paga, inclusive a mais) e a **moral** (uma dívida que é paga por toda a sociedade deve ser legitimada socialmente).

A solução da crise deve partir do reconhecimento de que o peso atual da dívida tem que diminuir porque nunca poderá ser pago, segundo os termos atuais. A crise da dívida é estrutural. Não há como pagar a dívida, mesmo que só trabalhemos para isso ou que a paguemos com patrimônio público, com ações das estatais (privatização e desnacionalização).

O endividamento dos países latino-americanos constitui-se numa nova forma de dominação (GALEANO, 1979; FURTADO, 1983; VIZENTINI, 1991) que agrava criminosamente as condições de vida de nossa população, provocando uma diminuição dos programas sociais: saúde, sistema previdenciário, transporte, habitação e oferta de instrução pública, reduzindo o padrão, aumentando a desnutrição e o índice de mortalidade.

Impõe-se, por isso, conhecer e julgar as origens da dívida, denunciar sua alegada legitimidade e punir os responsáveis. Nossos povos não podem pagar com suas vidas uma dívida que não foi contraída por eles, mas por regimes militares ditatoriais sabotando a luta de nossos povos pela liberdade, pela democracia e pela justiça social, com a conivência dos prestamistas.

## BIBLIOGRAFIA

ARIDA, Persio e ABREU, Marcelo Paiva. **Dívida externa, recessão e ajuste estrutural: o Brasil diante da crise**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.

BATISTA, JR., Paulo Nogueira. **Mito e realidade na dívida externa brasileira**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1983.

BETING, Joelmir. **Os juros subversivos**. São Paulo, Brasiliense, 1985.



BOUCAS, Valentim Fernandes. **História da dívida externa**. Rio de Janeiro, Financeira, 1950.

BRENTANO, Christina. "Acordos da dívida externa revelam dez anos de atraso nos países em desenvolvimento". *In: Almanaque Abril*. São Paulo, Abril, 1993, pp. 31-33.

CARDOSO, Eliana A. e FISHLOW, Albert. **Macroeconomia da dívida externa brasileira**. São Paulo, Brasiliense, 1989.

CASTRO, Fidel. **Dívida externa: seleção temática**. Porto Alegre, L&PM, 1985.

CAVALCANTI, Carlos Brandão. **Transferência de recursos ao exterior e substituição da dívida externa por dívida interna**. Rio de Janeiro, Dep. de Economia da Universidade de Brasília, 1988.

DAVIDOFF CRUZ, Paulo. **Dívida externa e política econômica: a experiência brasileira dos anos setenta**. São Paulo, Brasiliense, 1984.

D'INCAO, Maria Conceição. **O Bóia-fria, Acumulação e miséria**. Petrópolis, Vozes, 1975.

DESEP (Departamento de Estudos Sócio-Econômicos e Políticos). *Revista Debate Sindical*, no. 8. São Paulo, DESEP, setembro de 1988.

DEZELIN, Jacques. **Do embuste das dívidas externas ao absurdo dos privilégios às exportações**. Rio de Janeiro Espaço e Tempo, 1987.

DOWBOR, Ladislau. **Aspectos econômicos da educação**. São Paulo, Ática, 1986.

FERNANDES, Santiago. **Ilegitimidade da dívida externa do Brasil e do terceiro mundo**. Rio de Janeiro, Nórdica, 1985.

FURTADO, Celso. **Nova dependência: dívida externa e monetarismo**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1983.

GALEANO, Eduardo. **As veias Abertas da América Latina**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 8a. ed, 1979.

GOLDESTEIN, Sérgio. **Dívida externa brasileira, 1964-1982: evolução e crise**. Rio de Janeiro, Guanabara, 1986.

GRIFFITH-JONES, Stephany e SUNKEI, Osvaldo. **O Fim de uma ilusão: as crises da dívida e do desenvolvimento da América Latina**. São Paulo, Brasiliense, 1990.

HACBARTH, Rolf. "O mundo em blocos: nova ordem econômica internacional marginaliza o terceiro mundo". *In: Informativo Dívida Externa*. Porto Alegre, Camp, Jul/set. 1990, no. 27, pp. 4-5.

HINKELAMMERT, Franz J. **A Dívida externa da América Latina: o automatismo da dívida**. Petrópolis, Vozes, 1989.

JAGUARIBE, Hélio e outros. **Brasil 2000: para um novo pacto social**. São Paulo, Paz e Terra, 1986.

KUCINSKI, Bernardo e BRANDFORD, Sue. **A ditadura da dívida: causas e conseqüências da dívida latino-americana**. São Paulo, Brasiliense, 1987.

NYLOR, R. T. **Dinheiro quente e a política da dívida**. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1990.

PEREIRA, Luíz Carlos Bresser. **Dívida Externa: crise e soluções**. São Paulo, Brasiliense, 1989.

RACINES, Francisco. **El Canje de Deuda: una alternativa para la educación popular comunitaria?** Quito, ICEA-Andes, Septiembre de 1991.

RASMUSSEN, V. W. **Dívida externa e a sua conversão em investimentos: uma análise transaccional dos procedimentos e a legislação do processo de conversão da dívida externa**. São Paulo, Aduaneiras, 1988.

REIMERS, Fernando. **Trends of educational finance in Latin America: the impact of the external debt**. Doctoral Dissertation. Cambridge, MA, Harvard University, 1988.

----- . "Education for all in Latin American in the XXI. Century an the Challenges of external indebtedness". *In: New Education*, vol. 12, no. 2, 1990, pp. 16-25.

----- . "Effects of External debt Payments on Educational Expenditures in Latin America". **II Conferencia Internacional Crisis y calidad de la educacion**. Universidade de Monterrey, Mexico, october 1989, mimeo, 35 p..

SABBI, Alcides Pedro. **O que é a questão da dívida externa**. São Paulo, Brasiliense, 1992.

SINGER, Paul. "Mitos acerca da inflação: a dívida externa". *In: Folha de São Paulo*, 17 de outubro de 1989.

TEDESCO, Juan Carlos. "El impacto de la crisis en el sector educativo: situación actual y perspectivas futuras". *In: Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. Brasília, MEC/INEP, v. 69, n. 161, jan/abril 1988, pp. 9-54.

VELLOSO, João Paulo dos Reis (org.). **Dívida externa e desenvolvimento**. Rio de Janeiro, José Olímpio, 1990.

VIZENTINI, Paulo Fagundes. "Dívida externa governa a América Latina". *In: Informativo Dívida Externa*. Porto Alegre, Camp, Mai/jun 1991, no. 30, pp. 6-7.